

Baixada Santista

Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. -
Petrobras)

**Demonstrações Financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório anual da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	810
Notas Explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.....	12
1. A Companhia e suas operações.....	12
2. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras	15
3. Base de mensuração	12
4. Sumário das Principais práticas contábeis	15
5. Estimativas e julgamentos relevantes.....	15
6. Novos pronunciamentos contábeis.....	16
7. Contas a receber.....	17
8. Partes Relacionadas	20
9. Despesas antecipadas	21
10. Diferido	21
11. Tributos.....	24
12. Arrendamentos	24
13. Patrimônio Líquido.....	26
14. Custo e despesa por natureza.....	27
15. Resultado financeiro líquido	28
16. Processos judiciais e contingências	28
17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	31

Relatório da Administração 2020

À

Assembleia de Acionistas

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31.12.2020, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas (AGE) de 30/09/2020, a BSE foi autorizada a realizar a alienação do Turbogenerador nº 1 que estava cedido à controladora (PETROBRAS) em comodato, no valor de R\$ 55.627 mil, livre de quaisquer impostos. A alienação foi concretizada em 12/11/2020 após emissão na Nota Fiscal nº 20 Série: 001.

A BSE possui o Turbogenerador nº 2 que está cedido à PETROBRAS via Contrato de Locação celebrado em 03/01/2011, com vigência até 15/11/2024.

A PETROBRAS é responsável pela manutenção, preservação e por prover a cobertura de seguro do Turbogenerador nº 2, nos termos do respectivo contrato.

A BSE também mantém com a PETROBRAS - Usina Termelétrica Nova Piratininga, um “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” relativo a 2 (dois) turbogeneradores, de números 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga, equipamentos esses originários do “Contrato de Arrendamento” firmado entre a BSE e a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) em 27/04/2007, com vigência até 27/04/2024.

O “Contrato de Disponibilidade de Máquinas” vigente foi celebrado com a PETROBRAS em 01/07/2017, com prazo de vigência até 27/04/2024, após deliberação da Assembleia Geral de Acionistas (AGE) de 30/06/2017. O referido contrato prevê também o reembolso pela PETROBRAS dos valores pagos pela BSE a título de “Encargos de Conexão”, que corresponde ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT/CTEEP), firmados com a ONS – Operadora Nacional do Sistema Elétrico e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), respectivamente.

ASPECTOS COMERCIAIS

Como o Turbogenerador nº 2 está sendo utilizado no Parque Termelétrico da PETROBRAS, não há geração de energia pela BSE e, conseqüentemente, comercialização de energia. Assim, a energia gerada é de propriedade da PETROBRAS, a quem cabe a sua comercialização.

Baixada Santista Energia S.A.

Pça. Mal Stenio Caio de Albuquerque Lima #1

Jd. das Indústrias CEP: 11555-000, Cubatão / SP

Tel: 13 3362 58 00 Fax: 13 3362 4818

PUBLICA

Situação similar ocorre com os bens arrendados pela BSE junto à EMAE, disponibilizados à PETROBRAS através do “Contrato de Disponibilidade de Máquinas”.

Portanto, as receitas da BSE são decorrentes exclusivamente do Contrato de Locação de Turbogenerador nº 2 e do Contrato de Disponibilidade de Máquinas e Outras Avenças.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Baixada Santista Energia está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a Petrobras, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2020, a BSE registrou Lucro Líquido de R\$ 68.264 mil proveniente, sobretudo, da alienação do Turbogenerador nº 1 à Controladora PETROBRAS. O resultado representa aumento de cerca de 900% com relação ao resultado de 2019, de R\$ 6.822 mil, conforme apresentado na **Tabela 1**, abaixo.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2020 x 2019

DRE (R\$ mil)	2020	2019	Δ	Δ %
Lucro Bruto	-	-	-	-
Gerais e Administrativas	(5.365)	(3.664)	(1.701)	46%
Tributárias	(1.859)	(2.565)	706	(28%)
Outras Receitas (despesas), líquidas	55.628	-	55.628	-
Receitas (despesas) operacionais	48.404	(6.229)	54.633	(877%)
Lucro antes do result. financ. e impostos	48.404	(6.229)	54.633	(877%)
Resultado financeiro líquido	17.019	17.192	(173)	(1%)
Receitas financeiras	62.237	65.880	(3.643)	(6%)
Despesas financeiras	(45.218)	(48.688)	3.470	(7%)
Resultado antes dos impostos	65.423	10.963	54.460	497%
Imposto de renda e contribuição social	2.841	(4.141)	6.982	(169%)
Lucro do exercício	68.264	6.822	61.442	901%

A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2020.

Lucro Bruto

Com a adoção do IFRS16 (CPC 06/R2) em 2019, a BSE reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento. Com isso, não temos mais a figura da Receita de arrendamento e do custo de arrendamento na Demonstração de Resultado do Exercício, mas somente o reconhecimento dos juros sobre o arrendamento e o subarrendamento no Resultado Financeiro. Por esta razão, o Lucro Bruto deixou de ser reportado a partir das Demonstrações Financeiras de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2020 em R\$ 5.364 mil representando aumento de 46% com relação ao resultado auferido em 2019, de R\$ 3.664 mil. O aumento foi ocasionado pelo pagamento do reembolso à acionista da remuneração da Diretoria e do pagamento da remuneração dos Conselheiros Fiscais, retroativos a março de 2019, além do reajuste anual dos serviços contratados de auditoria externa e serviços contábeis.

Despesas Tributárias

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou menor recolhimento tributário ao longo de 2020. Com isso, as Despesas Tributárias passaram de R\$ 2.565 mil em 2019 para R\$ 1.859 mil em 2020, apresentando redução de 28% na comparação anual.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

Em 2020, as Outras Receitas (Despesas), Líquidas apresentaram resultado extraordinário de R\$ 55.627 mil em função da alienação do Turbogenerador nº 1 à Controladora PETROBRAS.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do IFR16 (CPC 06/R2) a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos de arrendamentos financeiros com a PETROBRAS (Contrato de Disponibilidade de Máquinas e locação do Turbogenerador nº 2), recua à medida que o tempo passa. Com isso, as Receitas Financeiras passaram de R\$ 65.880 mil em 2019 para R\$ 62.237 mil em 2020. Além disso, as receitas das aplicações financeiras foram menores em função da queda da taxa Selic.

Assim como as Receitas Financeiras, as despesas provenientes do Contrato de Arrendamento com a EMAE também recuam, à medida que o fluxo futuro de pagamentos recua com o passar dos tempos. Dessa forma, as despesas financeiras passaram de R\$ 48.688 mil em 2019 para R\$ 45.218 mil em 2020, recuo na ordem de 7% no período analisado.

Baixada Santista Energia S.A.

Pça. Mal Stenio Caio de Albuquerque Lima #1

Jd das Indústrias CEP: 11555-000, Cubatão / SP

TEL: 13 3362 58 00 - FAX: 13 3362 4818

PUBLICA

Em consequência disso, o Resultado Financeiro Líquido encerrou 2020 com saldo positivo de R\$ 17.019 mil ante resultado positivo de R\$ 17.192 mil em 2019 (recoo de 1% na comparação anual).

Imposto de Renda e Contribuição Social

Conforme pode ser observado na **Tabela 2**, abaixo, a rubrica de Tributos sobre o Lucro restou positiva em 2020 em função da BSE ter apresentado Prejuízo Fiscal, o que refletiu no saldo final de Tributos Correntes zerado. O saldo de Tributos sobre o lucro contempla o valor dos Tributos diferidos reconhecidos a partir das diferenças temporárias, na ordem de R\$ 2.841 mil. O fator de maior impacto nesse ganho fiscal foi o resultado obtido na alienação do Turbogenerador nº 1.

Tabela 2 – Apuração de IR e CSLL 2020

Imposto de renda e contribuição social (R\$ mil)	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.841	2.103
Imposto de renda e contribuição social correntes	0	-6.244
Total	2.841	-4.141

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO

Em 28/12/2020, a Assembleia Geral de Acionistas deliberou pelo pagamento antecipado de Juros Sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 2.533 mil. Dessa forma, a proposta de Destinação de Resultado relativa ao exercício de 2020, elaborada pelos Administradores da Sociedade, que será encaminhada à deliberação em Assembleia Geral de Acionista, prevê a distribuição total de R\$ 64.851 mil em dividendos ao acionista, sendo R\$ 48.638 mil em dividendos adicionais propostos, conforme apresentado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2020

Destinação do Resultado (R\$)	2020
Lucro do Exercício	68.264.573,19
A - Reserva Legal (5%)	3.413.228,66
Saldo a Destinar	64.851.344,53
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	16.212.836,13
Juros sobre Capital Próprio	2.533.080,31
Dividendos Mínimos	13.679.755,82
C - Dividendos Adicionais Propostos	48.638.508,40
Dividendos Adicionais	48.638.508,40
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	64.851.344,53
Destinação Total (A + D)	68.264.573,19

METAS E INDICADORES

A alienação do Turbogenerador nº1 à Controladora Petrobras e a disciplina de capital contribuíram para o atingimento das Metas 2020, conforme apresentado na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Metas e Resultados 2020

Indicadores	Metas 2020	Realizado
FCO (R\$ mil)	107.500	120.460
ROAE (%)	6,7%	19,4%
GOG (R\$ mil)	92.000	91.744

Legenda

FCO = Fluxo de Caixa Operacional

ROAE = (Resultado Líquido / Patrimônio Líquido)

GOG = Gastos Operacionais Gerenciáveis

Memória de Cálculo	Realizado 2020
FCO	120.460
GOG	91.744
TAR	0
ROAE	19,44%
Resultado Líquido	68.264
Patrimônio Líquido	351.233

Cubatão, 24 de fevereiro de 2021.

Aline Dias Leonardi
Diretora Técnica
(assinado eletronicamente)

Wellington Gomes Lucas
Diretor Administrativo
(assinado eletronicamente)





KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Baixada Santista Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		3	3	Fornecedores		2.258	3.876
Contas a receber, líquidas	7.1	118.065	112.191	Arrendamentos mercantis	12	85.903	80.409
Contas a receber – FIDC	7.d	208.801	161.794	Dividendos e JSCP a pagar	13.3	15.833	33.992
Imposto de renda e contribuição social	11.1	12.767	3.458	Contas a pagar		685	667
Impostos e contribuições	11.1	10.513	8.041	Imposto de renda e contribuição social	11.1	-	193
Despesas antecipadas	9	1.363	2.415	Impostos e contribuições a recolher	11.1	385	6
		351.512	287.902			105.064	119.143
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos mercantis	12	139.270	193.316
Contas a receber, líquidas	7.1	226.963	293.598	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	8.445	11.287
Imposto de renda e contribuição social	11.1	24.034	42.928			147.715	204.603
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.503	1.504				
		252.500	383.030				
Diferido	11	-	1.856	Patrimônio líquido			
		-	1.856	Capital social	13.1	297.136	297.136
		604.012	627.788	Reservas de Lucro	13.2	54.097	6.906
						351.233	304.042
						604.012	627.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2020	2019
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	14.1	(5.365)	(3.664)
Outras despesas e receitas líquidas	14.3	55.628	-
Tributárias	14.2	(1.859)	(2.565)
		48.404	(6.229)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		48.404	(6.229)
Resultado financeiro líquido	15	17.019	17.192
Receitas financeiras		62.237	65.880
Despesas financeiras		(45.218)	(48.688)
Lucro antes dos impostos		65.423	10.963
Imposto de renda e contribuição social	11.3	2.841	(4.141)
Lucro do exercício		68.264	6.822
Lucro básico e diluído por Ação ON (em R\$)	13.4	0,23	0,02
Lucro básico e diluído por Ação ON (em R\$)	13.4	0,23	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro do exercício	68.264	6.822
Resultado abrangente total do exercício	68.264	6.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	297.136	1.705	24.278	-	323.119
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.822	6.822
Destinações:					
Dividendos aprovados	-	-	(24.278)	-	(24.278)
Apropriação do lucro em reservas	-	341	-	(341)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.620)	(1.620)
Dividendos adicionais propostos	-	-	4.861	(4.861)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	297.136	2.046	4.861	-	304.043
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.264	68.264
Destinações:					
Dividendos aprovados	-	-	(4.861)	-	(4.861)
Apropriação do lucro em reservas	-	3.413	-	(3.413)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(13.680)	(13.680)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.533)	(2.533)
Dividendos adicionais propostos	-	-	48.639	(48.639)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	297.136	5.459	48.639	-	351.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	68.264	6.822
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.856	1.856
Despesa financeira sobre arrendamentos	42.595	44.445
Receita financeira sobre arrendamentos	(54.478)	(62.860)
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro	(4.173)	(9.645)
Atualização sobre impostos e contribuições	(1.052)	(1.857)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(2.841)	(2.104)
Baixa do valor residual do ativo imobilizado	75.072	
Reversão de Impairment	(75.072)	-
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(55.692)	7.428
Recebimento de arrendamento e subarrendamento financeiro	118.558	117.577
Despesas antecipadas	1.052	1.049
Impostos e contribuições a recuperar	8.164	(5.427)
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(1.618)	25
Outros passivos	18	37
Impostos e contribuições a recolher	-	292
Imposto de renda e contribuição social pagos	(193)	(11.828)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	120.460	85.810
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(42.834)	(259)
Venda de ativo imobilizado	52.374	-
Recursos líquidos gerados pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	9.540	(259)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(38.852)	-
Pagamento de arrendamento financeiro - EMAE	(91.148)	(85.578)
Recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamentos	(130.000)	(85.578)
Redução/Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	0	(27)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	30
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	3

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
Outras receitas		
Venda do ativo imobilizado	55.628	-
Reversão de impairment	75.072	-
	130.700	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.213)	(1.808)
Baixa do valor residual do ativo imobilizado	(75.072)	-
	(77.285)	(1.808)
Valor adicionado (consumido) bruto	53.415	(1.808)
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
Valor consumido pela Companhia	51.559	(3.664)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variação monetária	59.704	65.880
Valor adicionado a distribuir	111.263	62.216
Distribuição do valor adicionado		
Honorários diretoria	1.287	-
Tributos		
Federais	(2.589)	4.676
Municipais	1.617	2.030
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	42.684	48.688
Acionistas		
Dividendos mínimos obrigatórios	13.680	1.620
Juros sobre o Capital próprio	2.533	-
Reserva legal	3.413	341
Dividendos adicionais propostos	48.638	4.861
	68.264	6.822
Valor adicionado distribuído	111.263	62.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado e contrário)

1. Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”) foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia mantém transações relevantes com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras” ou “Controladora”), e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas Demonstrações Financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Geração de Energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia, Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo. O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024.

A Companhia celebrou, em fevereiro de 2013, Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, conforme Contrato de Concessão para geração de energia elétrica destinada a Serviço Público nº 001/2008, operando em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Fernando Gasparian da Petrobras. O Contrato estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 5.150, e vigência até 7 de julho de 2015.

Em função do término da outorga à BSE da concessão, em julho de 2015, e do Ministério de Minas e Energia não ter se posicionado sobre o assunto, a ANEEL manifestou-se pela prorrogação de 2 (dois) anos. O Contrato de Disponibilidade de Máquinas, conforme previsto contratualmente, foi prorrogado por mais 12 meses.

Em 1 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras que estabeleceu pagamentos mensais de R\$ 7.214, e vigência até 27 de abril de 2024.

1.2. Arrendamento mercantil

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, de sua propriedade, com a sua Controladora. Este contrato estabeleceu pagamentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 17 anos, até 15 de novembro de 2024.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é arrendatária

A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE, que pertence ao governo do Estado de São Paulo.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O contrato estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 pelo período de 17 anos, até 2024, conforme nota explicativa 12.

A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos muda porque a Companhia reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

A Companhia inclui nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é arrendadora

A Companhia promoveu a classificação do subarrendamento com sua controladora representado Contrato de Disponibilidade de Máquinas com sua Controladora cujo objeto é a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada com vencimento em novembro de 2024, no qual é arrendadora. A Companhia reclassificou o subarrendamento como arrendamento financeiro, levando ao reconhecimento de um valor a receber de R\$ 355.492 em 1º de janeiro de 2019.

As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA, e o saldo em 31 dezembro de 2020 soma R\$ 258.601, em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 316.171. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está apresentado na nota 7 b.

1.3. Comodato

Em 17 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Comodato do Turbogenerador nº 1, de sua propriedade, com 159,9 MW - 234 MVA de potência, modelo 7FH2, nº de série 337X78 com a sua Controladora - Petrobras, por 730 dias.

Em 01 de dezembro de 2017, foi celebrado o segundo Contrato de comodato do referido turbogenerador, com prazo de 730 dias a partir da data de sua assinatura, com vigência até 30 de novembro de 2019.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia celebrou novo Contrato de comodato com a Petrobras referente ao conjunto turbogenerador nº 01. De acordo com o referido Contrato, o prazo de vigência era de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da celebração do mesmo, podendo ser prorrogado por até igual período mediante concordância das partes.

Em 27 de março de 2020, foi celebrado com a controladora Petrobras o 1º Termo Aditivo ao citado Contrato de comodato firmado em 29 de novembro 2019, postergando o prazo de vigência do instrumento jurídico em mais 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua assinatura, com vigência até 26 de julho de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE, que autorizou a alienação de conjunto turbo gerador movido a gás natural de fabricação da General Electric (GE), no valor de R\$ 55.628 sem impostos para a Petrobras.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.4 Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

a) Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

b) Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

Na BSE, não houve impacto proveniente do arrendamento mercantil, conforme apresentado na nota 1.1.

Desde à época da deflagração da pandemia e também atualmente, a BSE não vislumbra risco de impactos, devido à característica do seu modelo de negócios.

c) Efeito nas demonstrações financeiras

Os impactos da COVID-19 e o ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. As informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia, foram divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e revisadas para esta demonstração a fim de determinar eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado.

O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19 estão apresentados a seguir:

- Não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados até 31 de dezembro de 2020;
- Não foram identificados efeitos adicionais no reconhecimento das perdas de crédito esperadas (PCE) nos ativos financeiros da Companhia;

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Não houve alterações nos compromissos assumidos com fornecedores, tendo em vista que o fluxo de caixa não sofreu alterações; e
- No âmbito do contencioso jurídico da Companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os Administradores da Companhia, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2021, autorizaram a divulgação destas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativa

- 7. Contas a receber
- 10. Diferido
- 11.1. Tributos correntes
- 11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos
- 12. Arrendamentos mercantis
- 13. Patrimônio Líquido
- 13.4. Resultado por ação
- 17. Processos judiciais e contingências

4.1 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

O ativo imobilizado da Companhia é composto por um conjunto de turbogerador, que está arrendado para a Petrobras (nota explicativa 1.2)

4.2 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do diferido com vida útil definida, quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é Comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.3 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
- Financeiros derivativos.

4.3.2 Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge (hedge accounting)*.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir é apresentada informação apenas sobre prática contábil e estimativa que requer elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que pode afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Baixada Santista Energia com base em pareceres de seus assessores (Jurídico da Petrobras).

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 17.

5.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Grupo Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 11.2.

5.3 Perdas de crédito esperado

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novos pronunciamentos contábeis

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.</i>	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de hedge; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Quanto às emendas e normativo listados acima, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas. Com relação a emenda que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	dez/20	dez/19
Terceiros	1.552	1.552
Contas a receber – Turbogenerator1	3.254	-
Arrendamento mercantil (c)	79.666	86.177
Reembolso de encargos setoriais (a)	1.955	1.889
Disponibilidade de máquinas (b)	258.601	316.171
	345.028	405.789
Circulante	118.065	112.191
Não circulante	226.963	293.598
	345.028	405.789

a) Reembolso de encargos setoriais

Refere-se ao reembolso dos encargos de transmissão – CCT (Contrato de conexão ao sistema de transmissão) e CUST (Contrato de uso do sistema de transmissão) pagos pela BSE, e cobrados da Petrobras, mediante previsão contratual.

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil (subarrendamento)

Representado pelo contrato de disponibilidade de máquinas, relacionados a dois turbogeradores vinculados à Usina Termoelétrica Piratininga, celebrado em janeiro de 2013, com efeito retroativo a abril de 2012, e vencimento em Novembro de 2024. As parcelas mensais de R\$ 5.150 estão sujeitas à variação do índice de Preço ao Consumidor IPCA..

O saldo presente dos recebimentos mínimos em 31 de dezembro de 2020 soma R\$ 258.601, e em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 316.171 referente a uma parcela do contas a receber. A taxa de juros nominal incremental dos recebíveis de arrendamento na adoção inicial foi de 8,0784%. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Saldo em 31/12/2019	Adoção CPC 06 (R2)	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2020
Subarrendamento	316.171	-	(85.564)	6.295	(896)	22.595	258.601

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros à incorrer	Valor Presente
Circulante	86.379	(3.422)	82.957
Não circulante	208.622	(32.978)	175.644
Em 31 de dezembro de 2020	295.001	(36.400)	258.601

	Saldo em 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Recebimentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2019
Subarrendamento	-	355.492	(76.338)	12.797	(2.219)	26.439	316.171

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros à incorrer	Valor Presente
Circulante	84.737	(3.273)	81.464
Não circulante	289.533	(54.826)	234.707
Em 31 de dezembro de 2019	374.270	(58.099)	316.171

c) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles)

Representados, pelo Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2, celebrado com a Petrobras. O contrato tem vigência até 15 de novembro de 2024, 5.066 dias contados da assinatura do contrato, com parcelas vencíveis semestralmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros nominais Anuais	Valor Presente
2021	33.330	(4.984)	28.346
2022 – 2023	66.661	(28.171)	38.490
2024 em diante	33.330	(20.500)	12.830
Em 31 de dezembro de 2020	133.321	(53.655)	79.666
Circulante	33.330	(4.984)	28.346
Não circulante	99.991	(48.671)	51.320
Em 31 de dezembro de 2020	133.321	(53.655)	79.666
Circulante	32.105	(4.820)	27.285
Não circulante	128.422	(69.530)	58.892
Em 31 de dezembro de 2019	160.527	(74.350)	86.177

A Companhia classifica as parcelas recebidas do arrendamento como atividade de financiamento por entender que a operação se trata de uma venda financiada.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

d) Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 208.801 (R\$ 161.794 em 31 de dezembro de 2019), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Política Contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

8. Partes relacionadas

8.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas da Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Petrobras	
	12/2020	12/2019
Ativo		
Circulante		
Contas a receber – Petrobras turbogerador 01	3.254	-
Arrendamento (nota explicativa 7.1c)	28.346	27.285
Subarrendamento (nota explicativa 7.1b)	82.957	81.464
Reembolso de encargos setoriais (nota explicativa 7.1)	1.955	1.890
FIDIC	208.801	161.794
	325.313	272.433
Não circulante		
Contas a receber arrendamento (nota explicativa 7.1c)	51.320	58.891
Contas a receber subarrendamento (nota explicativa 7.1b)	175.643	234.707
	226.963	293.598
	552.276	566.031
Passivo		
Circulante		
Dividendos e JSCP (nota explicativa 13.3)	(16.213)	(33.992)
	(16.213)	(33.992)
	12/2020	12/2019
Resultado		
Receita de arrendamento (nota explicativa 18)	46.120	52.282
FIDIC	4.173	9.645
	50.293	61.927

8.2. Remuneração dos administradores da Companhia

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Baixada Santista S.A.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Despesas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2020 figura na conta o valor de R\$ 1.363 que refere-se a pagamento de seguro garantia. (R\$2.415 em 31 de dezembro de 2019)

10. Diferido

	Gastos pré-operacionais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.712
Amortização	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.856
Amortização	(1.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

Política Contábil

A Companhia manteve o saldo de ativo diferido de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado pelo prazo de 10 anos, e sujeito ao teste de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), em conformidade com a Lei 11.941/2009. Decorre de gastos pré-operacionais, que começaram a ser amortizados a partir de 2011, em função da celebração do contrato de arrendamento mercantil.

11. Tributos

11.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Ativo não Circulante (i)		Passivo Circulante	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
No país:						
Imposto de renda	11.170	3.458	20.597	36.367	-	-
Contribuição social	1.597	-	3.437	6.561	-	193
	12.767	3.458	24.034	42.928	-	193

- (i) Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos dos exercícios de 2011 à 2015 e 2017 à 2018, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. No quarto trimestre de 2020 a Companhia recebeu o valor 19.723 referente parte dos pedidos de restituição de IRPJ e CSLL dos anos de 2011, 2013,2014 e 2015 reduzindo assim o seu saldo a recuperar.

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Passivo circulante	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
PIS/COFINS	9.702	7.967	2	3
IRRF	147	-	381	1
CSLL	590	-	-	-
Outros impostos	74	74	2	2
	10.513	8.041	385	6

Política Contábil

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento mercantil financeiro (i)		Arrendamento e subarrendamento mercantil (ii)		Total
	Imobilizado	Contas a receber	Arrendamento EMAE	Subarrendamento Petrobras	
Em 31 de dezembro de 2018	(15.908)	29.298	-	-	13.390
Reconhecido no resultado do exercício	950	(90)	(16.215)	13.252	(2.103)
Em 31 de dezembro de 2019	(14.958)	29.208	(16.215)	13.252	11.287
Reconhecido no resultado do exercício	950	250	(19.560)	15.518	(2.842)
Em 31 de dezembro de 2020	(14.008)	29.458	(35.775)	28.770	8.445

(i) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que as obrigações fiscais diferidas serão realizadas na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

(ii) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos s/ diferenças temporárias do CPC 06 (R2)

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O cálculo dos impostos diferidos referente a adoção do CPC 06 (R2) foram efetuados com base nas adições e exclusões temporárias, e serão realizados na proporção da vigência dos contratos de arrendamento e subarrendamento.

Políticas Contábeis

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores financeiros de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

11.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes dos impostos	65.423	10.963
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(22.244)	(3.727)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	22.268	(1)
Arrendamento financeiro	2.841	(3.123)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	2.686
Outros	(24)	24
Imposto de renda e contribuição social	2.841	(4.141)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.841	2.103
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(6.244)
	2.841	(4.141)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(4%)	38%

12. Arrendamentos mercantis

Pela adoção do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu em 2019 a dívida total do contrato de arrendamento existente com a EMAE.

	Saldo em 31/12/2019	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2020
Financiamentos - EMAE	273.725	(91.147)	22.074	(3.125)	23.646	225.173

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Saldo em 31/12/2018	Adoção CPC 06 (R2)	Pagamentos	Reajuste	Reajuste de encargos nominais	Encargos nominais incorridos	Saldo em 31/12/2019
Financiamentos - EMAE	-	314.859	(85.578)	20.837	(3.774)	27.381	273.725

A taxa nominal de juros anual sobre o contrato de arrendamento com a EMAE com a Petrobras é de 9,0300%.

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
Circulante	91.402	(5.499)	85.903
Não circulante	167.571	(28.301)	139.270
Em 31 de dezembro de 2020	258.973	(33.800)	225.173

Compromissos Estimados (a pagar)	Valor Futuro	Juros à incorrer	Valor Presente
Circulante	85.577	(5.168)	80.409
Não circulante	242.469	(49.153)	193.316
Em 31 de dezembro de 2019	328.046	(54.321)	273.725

Políticas Contábeis

(i) Determinação quando um contrato contém arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

(iii) Pagamento dos arrendamentos

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os passivos de arrendamentos são mensurados inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Esse passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento, resultante de alteração em índices ou taxas, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 297.136, está representado por 297.136.068 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.2. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da reserva legal é de R\$ 5.458 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2019).

13.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

As demonstrações financeiras do ano de 2019, e os seus dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos, no valor de R\$ 6.481, foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 05 de março de 2020, e a liquidação ocorreu em 06 de julho de 2020.

As propostas dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, no valor de R\$ 13.680, e dos dividendos adicionais propostos, no valor de R\$48.638, serão encaminhadas pela Administração da Baixada Santista para aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2021. Em 28 de dezembro de 2020 conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aprovou o montante de R\$ 2.533, que serão distribuídos na forma de Juros sobre Capital Próprio a ser pago em janeiro/2021.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	68.264	6.822
Apropriação:		
Reserva legal	(3.413)	(341)
Lucro básico para determinação do dividendo	64.851	6.481
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	13.680	1.620

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Juros sobre Capital Próprio	2.533	-
Dividendos adicionais propostos	48.638	4.861
Total de dividendos propostos	64.851	6481

13.4. Resultado por Ação

	12/2020	12/2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas	68.264	6.822
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	0,23	0,02

Política Contábil

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

14. Custo e despesa por natureza

14.1. Despesas Gerais e Administrativas

	31.12.2020	31.12.2019
Serviços, fretes, aluguéis e encargos gerais	(405)	(416)
Depreciação e amortização	(1.856)	(1.856)
Outras despesas administrativas	(3.104)	(1.392)
	5.365	(3.664)
Na Demonstração do Resultado Gerais e administrativas	(5.365)	(3.664)
	5.365	(3.664)

14.2. Despesas Tributárias

	31.12.2020	31.12.2019
PIS/COFINS sobre arrendamento financeiro e outras receitas	(243)	(534)
Impostos e Taxas	(1.616)	(2.030)
	(1.859)	(2.564)
Na Demonstração do Resultado Tributárias	(1.859)	(2.564)
	(1.859)	(2.564)

14.3. Outras despesas e receitas líquidas

	31.12.2020	31.12.2019
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(75.072)	-

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Reversão do impairment	75.072	-
Venda do ativo imobilizado	55.628	-
	55.628	-
Na Demonstração do Resultado		
Outras despesas e receitas líquidas	55.628	-
	55.628	-

O saldo do conjunto turbo gerador movido a gás natural de fabricação da General Electric (GE) no montante de R\$75.072 encontrava-se zerado devido ao impairment igual ao valor contábil líquido. No 4º trimestre houve a reversão do impairment no montante de R\$ 75.072 e a venda do turbogerador no montante de R\$ 55.628, tendo como recebimento no exercício de 2020 o montante de R\$ 52.374, e o restante como contas a receber com a Petrobras no montante de R\$ 3.254.

Caso o ativo imobilizado ainda possuísse um valor residual registrado, antes do registro impairment, haveria uma perda de alienação desse bem de R\$ 19.044, a qual já foi reconhecida em períodos anteriores em função do impairment registrado. Ou seja, esta é uma mera informação para fins gerenciais de divulgação e que será utilizada para fins do compute do impacto fiscal.

15. Resultado financeiro líquido

	31.12.2020	31.12.2019
Juros sobre impostos	(90)	(4.243)
Reajuste Contratual EMAE (b)	(18.949)	(17.064)
Reajuste Contratual Subarrendamento (d)	5.398	10.578
Juros sobre arrendamento (a)	(23.645)	(27.381)
Receita de arrendamento mercantil financeiro do turbogerador (nota explicativa 7.1c)	23.525	17.361
Receita sobre subarrendamento (nota explicativa 7.1b)	22.595	26.439
Receitas com recebíveis de ativos financeiros (FIDC)	4.173	9.645
Reajuste contratual Arrendamento	2.960	-
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	1.052	1.857
Resultado financeiro líquido	17.019	17.192
Receitas	62.237	65.880
Despesas	(45.218)	(48.688)
	17.019	17.192

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Juros sobre arrendamento

Com a adoção do CPC 06(R2) em 01 de janeiro de 2019 a Companhia apropria os juros sobre a parcela paga à arrendadora, assim como os juros sobre o valor recebido em razão do subarrendamento.

b) Reajuste Contratual EMAE

Em abril de 2019, abril e dezembro de 2020, houveram reajustes por índice de inflação ocorrido no contrato de arrendamento no qual a BSE é arrendatária da EMAE (Terceiros). Considerando a norma aplicável aos arrendamentos na visão da arrendatária, o valor da remensuração deste passivo deveria ser registrado em contrapartida ao ativo de direito de uso (imobilizado) da BSE, no entanto, como a BSE é um arrendador intermediário no subarrendamento, não possui o direito de uso do bem registrado, apenas o contas a receber do arrendamento (investimento líquido no arrendamento). Nesse sentido, cabe esclarecer que, segundo o parágrafo 7 do IFRIC 1, se um ativo de abandono atingiu o final de sua vida útil, ou seja, seu valor contábil foi reduzido a zero, todas as alterações subsequentes no passivo deverão ser reconhecidas no resultado na medida em que ocorrerem.

c) Reajuste Contratual Disponibilidade de máquinas (Subarrendamento)

Em 2020 o contrato de cessão de disponibilidade de máquinas no qual a BSE é arrendadora da Petrobras foi reajustado pelo índice de inflação gerando um ganho de R\$ 5.398 (R\$ 10.578 em 2019), que foi registrado como receita financeira.

16. Processos judiciais e contingências

16.1. Processo judicial não provisionado

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para o qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa - 2020	Estimativa - 2019
Cível	1.835	1.804
Execução Fiscal	59.805	58.715
	61.640	60.519

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível:

a) Processo de natureza cível

	Estimativa 2020	Estimativa 2019
Autor: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL		
Auto de infração pela conservação inadequada de bens e instalações da Usina Termelétrica Piratininga, da qual a Companhia é concessionária.		

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Situação atual: A BSE ingressou com Ação Judicial para questionar a cobrança da multa. Foi deferida, na ação judicial, a antecipação de tutela com suspensão da exigibilidade da multa de que trata o Auto de Infração em questão. A ANEEL foi intimada da decisão judicial para se abster de inscrever a multa em dívida ativa e em cadastro de inadimplentes ou excluí-la, se for o caso. Assim, o Auto de Infração encontra-se na situação "Suspenso com depósito judicial".	1.835	1.804
---	-------	-------

b) Execução Fiscal

	Estimativa	
	2020	2019
Autor: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
A execução fiscal tem por objeto, supostas infrações cometidas pelo contribuinte no Processo Administrativo Fiscal nº 10845.725847/2015-5.		
Situação atual: Trata-se de autuação fiscal para a cobrança de PIS e COFINS em razão do não reconhecimento do direito ao crédito desses tributos pelo arrendamento de turbogeradores, bem como de cobrança de IR e CSLL por entender ter ocorrido omissão de receita em razão do arrendamento. A contingência está sendo objeto de discussão no âmbito judicial, encontrando-se o crédito garantido por seguro. Aguardando o processamento dos embargos à execução.	59.805	58.715

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentava processos de qualquer natureza com probabilidade de perda provável.

Política Contábil

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

17.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	3
Contas a receber, líquidas	118.065	112.191
Contas a receber – FIDC	208.801	161.794
	326.869	273.988
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	226.963	293.598
	553.832	567.586
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.258	3.876
Arrendamentos mercantis	85.903	80.409
Dividendos	16.213	33.992
	104.374	118.277
Não circulante		
Arrendamentos mercantis	139.270	193.316
	243.644	311.593

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.1.1. Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

17.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, não derivativos, são classificados na categoria “Custo amortizado” (exceto o Contas a receber FIDC, classificado na categoria de “Valor justo por meio do resultado”), com recebimentos e pagamentos fixos ou determináveis, os quais não possuem a característica de negociação em mercados organizados.

Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

17.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Administradores (Diretores e Conselheiros de Administração), com base em seu Estatuto Social e na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua Controladora, a Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos empresariais e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos e financeiros, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

17.3.1. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

17.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua Controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado ao contas a receber do Contrato de Locação (considerado contabilmente como arrendamento mercantil financeiro) do Turbogenerador nº 2 é atenuado por possuir como único cliente, sua Controladora, a Petrobras.

17.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros, ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos, basicamente com despesas de locação, necessárias ao negócio. Os recebíveis da Companhia estão concentrados na sua Controladora, a Petrobras, que é o único cliente.

17.3.4. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía ativos e passivos com riscos cambiais.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Baixada Santista Energia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

17.5. Risco operacional

Devido a Companhia não possuir quadro de pessoal próprio, e depender da Controladora, Petrobras, para a execução das suas atividades e seus processos administrativos e financeiros, há o risco de paralisação das atividades da BSE, em caso de eventuais interrupções de atividades na Controladora, como os decorrentes de mobilizações sindicais, greves ou outros eventos.

Baixada Santista Energia S.A

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

DIRETORIA EXECUTIVA

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora Técnica

WELLINGTON GOMES LUCAS

Diretor Administrativo

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001.137/O-0

LUCIANA DOS SANTOS UCHÔA

Contadora

CRC RJ "s" SP 081003/O-8